A arquitetura regulatória: a MAS, o Banking Act, o SFA, o FAA e o FSMA

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um centro financeiro que gere patrimônio de clientes de muitos países vende, entre outras coisas, a qualidade de sua supervisão. Quem transfere ativos para Singapura espera que seu banco seja solvente, que seu assessor seja competente e que seu custodiante mantenha seus valores mobiliários separados dos próprios. Espera também um regulador capaz de agir quando alguma dessas expectativas falhar. Este capítulo descreve o marco jurídico destinado a assegurar essas expectativas. Abrange a Monetary Authority of Singapore (MAS), o Banking Act (lei bancária), o Securities and Futures Act (SFA, lei de valores mobiliários e futuros), o Financial Advisers Act (FAA, lei dos assessores financeiros) e o Financial Services and Markets Act 2022 (FSMA, lei dos serviços e mercados financeiros), juntamente com as diretrizes sobre responsabilidade individual que a MAS lhes acrescentou desde 2020.

O capítulo abre a Parte E, que passa da história do centro financeiro à prática atual da gestão patrimonial. As partes anteriores mostraram como o porto colonial adquiriu o direito comercial inglês, como o mercado de dólares asiáticos (Asian Dollar Market) de 1968 criou um setor bancário offshore e como a fundação da MAS

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

em 1971 deu ao jovem Estado um banco central e um supervisor. Aqueles capítulos explicaram como as instituições surgiram. Este capítulo explica como elas funcionam em 2026. Os temas que se seguem na Parte E, do fim do sigilo bancário para fins fiscais estrangeiros aos family offices, trusts e à gestão de fundos, apoiam-se todos nas leis aqui apresentadas.

O volume sobre Genebra contém um capítulo paralelo sobre o marco regulatório da gestão patrimonial suíça, que descreve um sistema de várias leis federais complementares aplicadas pela FINMA com o auxílio de empresas de auditoria, organismos de supervisão e órgãos de ombudsman. Singapura oferece um contraste revelador. Suas leis também se dividem por atividade, mas uma única autoridade administra todas elas e atua, além disso, como banco central, gestora das reservas e promotora do centro financeiro. A comparação no final deste capítulo examina o que essa concentração de funções significa para clientes e empresas.

Pontos essenciais

A Monetary Authority of Singapore, fundada em 1º de janeiro de 1971, é ao mesmo tempo o banco central e o supervisor integrado de bancos, seguradoras, intermediários do mercado de capitais, assessores financeiros e empresas de pagamento. Seu estatuto dá ao objetivo de um centro financeiro sólido e respeitável prioridade sobre o objetivo de fazer crescer o centro. O Banking Act 1970 licencia bancos e, desde 2021, merchant banks, protege as informações de clientes na seção 47 e não prevê licença específica para private banking. O Securities and Futures Act 2001 exige uma Capital Markets Services Licence (licença CMS) para sete atividades reguladas e divide os investidores nas categorias de varejo, credenciados (accredited) e institucionais. O Financial Advisers Act 2001 rege a assessoria sobre produtos de investimento e seguros de vida, enquanto o Financial Services and Markets Act 2022 reúne poderes transversais sobre ordens de proibição, risco tecnológico, combate à lavagem de dinheiro e prestadores de serviços de tokens digitais. As diretrizes sobre responsabilidade individual, em vigor desde setembro de 2021, tornam os altos dirigentes responsáveis pela condução dos negócios sob sua alçada.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com